

# Dados sobre pobreza

Antonio Paim



Embora o Estado brasileiro desde pelo menos há 60 anos não abra mão da consigna “tudo pelo social” – e inclusive tenha gerado, neste mesmo período, nada menos que o “Pai dos Pobres”, nome de que o ditador Vargas se vangloriava –, sequer sabemos hoje a dimensão real da pobreza entre nós. O IBGE chegou a avançar a cifra de 62 milhões. As campanhas “contra a fome”, nos últimos anos, optaram por 32 milhões. Agora tomamos conhecimento da estimativa do Banco Mundial: 16 milhões. O problema reside em que os dados de base, em que se louvem tais estimativas, não têm maior consistência. Provêm da chama PEA (População Economicamente Ativa), que é uma categoria etária (pessoas com dez anos e mais). Pouco sabemos sobre o mercado de trabalho que não é medido diretamente, mas por inferências mais ou menos aleatórias.

Tomo aqui o exemplo dos Estados Unidos para mostrar que é possível dispor de uma radiografia

completa. A primeira circunstância é a definição precisa do que se conceitua como pobreza. Entram nessa categoria os seguintes padrões de renda anual: US\$ 7.143 tratando-se de uma única pessoa; US\$ 11.186 no caso das famílias com três membros; e US\$ 14.335 sendo uma família de quatro pessoas. Tais eram os níveis fixados oficialmente para o exercício fiscal compreendido entre julho de 1992 e junho de 1993. Tais índices são revistos a cada exercício financeiro. A repartição censitária (**Censu Bureau**), com base nos mencionados padrões, fixou em 36,9 milhões o número de pobres no primeiro semestre de 1993 (15,2% da população). Essa revisão anual costuma provocar grandes discussões porque as famílias de baixa renda recebem subsídios oficiais que pesam sobremaneira no Orçamento.

À luz desse debate, temos assistido aqui no Brasil a muitos palpites imprecisos, provindos de pessoas que não acompanham a evolução do problema. Assim, tornou-se lugar comum dizer-se entre nós que o Governo Reagan cuidou de destruir aquela assistência (**Welfare**, que nos EUA corresponde aos desembolsos oficiais e não ao conjunto do sistema assim designado na Europa, que abrange aposentado-

rias, pensões e seguro-desemprego, atendidos por seguro e não por dotações orçamentárias), quando na verdade fixou uma linha de revisão que tem sido mantida pelo Partido Republicano, baseada em critérios estritamente morais, com apoio cada vez mais amplo da opinião.

O **Welfare** viabilizou a mãe-solteira sem posses. A experiência mostrou que a grande maioria desses filhos do **Welfare** são delinquentes. Adultos e famílias pendurados no **Welfare** por mais de cinco anos tornam-se irrecuperáveis para uma vida saudável. Resumindo a crítica moral ao **Welfare** (e parodiando Lord Acton), Irving Kristol escreveu que “a dependência corrompe e a dependência absoluta corrompe absolutamente”.

A radiografia da pobreza nos Estados Unidos é a mais completa possível. Daquele contingente antes referido (36,9 milhões no ano fiscal 92/93), 40% dispunham de casa própria; 64% tinham automóvel e 91% TV em cores. A distribuição regional é conhecida, do mesmo modo que a distribuição por idade, raça, etc. O contingente com mais de 65 anos correspondia a 12,9% (cerca de 4 milhões) e os menores de 18 a 21,9% (14,6 milhões). Confrontando-se esses dados com o total da população, verifica-se, por

exemplo, que as crianças pobres com menos de seis anos equivalem a 25% do total dessa faixa etária, sugerindo que as famílias pobres têm maior número de filhos.

Do ponto de vista racial, os brancos eram a maioria, ao contrário do que se supõe entre nós, equivalendo a 18,3 milhões de pessoas, ascendendo os pretos a 10,6 milhões e os americanos de origem hispânica a 6,7 milhões. Este último contingente passou a ser caracterizado de modo autônomo devido ao afluxo de clandestinos que ignoravam, por exemplo, quais as vacinas ministradas às crianças, gerando riscos para a saúde pública e inclusive o aparecimento de enfermidades já erradicadas.

Os interessados numa avaliação da política americana para enfrentar a pobreza consultarão com proveito o texto clássico de Edward D. Berkowitz – **America's Welfare State. From Roosevelt to Reagan** (John Hopkins University Press, 1991) e o estudo mais recente de James T. Patterson – **America's Struggle Against Poverty. 1900-1994**. Harvard University Press, 1995). Parece óbvio que com a confusão estatística reinante no Brasil dificilmente chegaremos a um consenso quanto às linhas de atuação.

Antonio Paim é escritor